



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santa Tereza
Gabinete da Prefeita

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 1.825/2026, DE 23 DE JANEIRO DE 2026.

ALTERA O ART. 19 DA LEI MUNICIPAL Nº 797/2007, DE 01 DE OUTUBRO DE 2007, PARA CRIAR O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS.

GISELE CAUMO, Prefeita Municipal de Santa Tereza, Estado do Rio Grande do Sul,

Faço Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º Fica alterada a tabela constante no artigo 19 da Lei Municipal nº 797/2007, para acrescentar, no Âmbito da Administração Pública Municipal, uma (1) vaga para o cargo em comissão de Coordenador do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo, passando a constar conforme segue:

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
01	Coordenador do Centro de Referência de Assistência Social	CC3 ou FG3

Art. 2º As atribuições, requisitos, carga horária e demais especificações do cargo de Coordenador do CRAS são aquelas constantes do Anexo I desta Lei, que passa a integrar o Plano de Cargos, Salários e Carreira do Município, acompanhando também as alterações e determinações deste.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Tereza, aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis.

GISELE CAUMO
Prefeita Municipal

Av. Itália. 474 – Centro – Santa Tereza – RS – CEP 95715 – 000 – Fone: (54) 3456 – 1033

E-mail: gabinete@santatereza.rs.gov.br



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santa Tereza
Gabinete da Prefeita

ANEXO I

CARGO: COORDENADOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SÍNTESE DOS DEVERES: Articular as ações junto à política de Assistência Social e às outras políticas públicas visando fortalecimento da rede de serviços de Proteção Social Básica e organização das ações ofertadas pelo Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, bem como atuar como articulador e coordenador da rede de serviços socioassistenciais no território de abrangência do CRAS.

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES: Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CRAS e a implementação dos programas, serviços, projetos da proteção social básica operacionalizadas; Coordenar a execução, o monitoramento, o registro e a avaliação das ações; Acompanhar e avaliar os procedimentos para a garantia da referência e contra-referência do CRAS; Coordenar a execução das ações de forma a manter o diálogo e a participação dos profissionais e das famílias, inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território; Definir com a equipe de profissionais critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias; Definir com a equipe de profissionais o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias; Definir com a equipe técnica os meios e os ferramentais teórico-metodológicos de trabalho social com as famílias e os serviços socioeducativos de convívio; Avaliar sistematicamente, com a equipe de referência dos CRAS, a eficácia, eficiência e os impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários; Efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial e das demais políticas públicas no território de abrangência do CRAS.

CARGA HORÁRIA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

REQUISITOS:

- a) Escolaridade: Curso Superior Completo na área de Psicologia, Pedagogia ou Assistente Social;
- b) Idade Mínima: 18 anos;
- c) Habilitação Profissional: Habilitação Legal para o exercício da profissão no órgão de classe respectivo.

Av. Itália. 474 - Centro - Santa Tereza - RS - CEP 95715 - 000 - Fone: (54) 3456 - 1033

E-mail: gabinete@santatereza.rs.gov.br



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Fortaleza
Gabinete do Prefeito

Fortaleza, 15 de maio de 2014.

TERMO DE CONFERÊNCIA DO CONTRATO DE PRECATORIO Nº 001/2014, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza e a empresa [nome da empresa], inscrita no CNPJ nº [número do CNPJ], para a prestação de serviços de [descrição dos serviços].

PREFECITO DO ESTADO DO CEARÁ, [nome do prefeito], no uso de suas atribuições legais, e o Sr. [nome do representante legal da empresa], no uso de suas atribuições, celebraram o presente termo de conferência do contrato de prestação de serviços, o qual se encontra em anexo a este documento. O presente termo de conferência tem por objetivo verificar a execução do contrato e a qualidade dos serviços prestados, bem como a regularidade das prestações de contas. O presente termo de conferência é firmado em duas vias, de que uma fica em poder do Sr. [nome do representante legal da empresa] e a outra em poder da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

CAROLINA HENRIQUE DE ALBUQUERQUE, [nome do representante legal da empresa], por [nome da empresa].

Assinatura:

Em testemunha do que acima se declara, o Sr. [nome do representante legal da empresa] e o Sr. [nome do representante legal da Prefeitura Municipal de Fortaleza] assinaram o presente termo de conferência do contrato de prestação de serviços.

Em [data] de [mês] de [ano].

Assinatura do Sr. [nome do representante legal da Prefeitura Municipal de Fortaleza]:

Assinatura do Sr. [nome do representante legal da empresa]:



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santa Tereza
Gabinete da Prefeita
JUSTIFICATIVA

Senhora Presidente,
Senhores Vereadores:

Projeto de Lei nº 1.825/2026, 23 de janeiro de 2026.

Envia-se para apreciação dos Senhores Vereadores o Projeto de Lei acima nominado, que visa criar o cargo em comissão de Coordenador do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, essencial para assegurar a eficiência, a qualidade e a continuidade dos serviços socioassistenciais no Município de Santa Tereza.

O CRAS é a unidade pública responsável por promover a proteção social básica a famílias em situação de vulnerabilidade, sendo a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A atuação de um Coordenador é imprescindível para o fortalecimento da gestão do equipamento, supervisão das ações, articulação intersetorial e efetivação dos direitos socioassistenciais.

A criação do cargo atende às diretrizes federais e estaduais de estruturação da rede de proteção social básica e não acarretará prejuízo às finanças públicas, uma vez que as despesas estão previstas nos orçamentos decorrentes.

Assim, certa da compreensão de Vossas Excelências acerca dos benefícios e necessidade da medida, envio o presente projeto para apreciação e posterior aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Tereza, aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis.


GISELE CAUMO
Prefeita Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo
Gabinete do Presidente
LEONARDO

Assessor Presidente
Assessor Vice-Presidente

Projeto de Lei nº 1.525/2024, de 12 de maio de 2024

Trata-se de projeto de lei que altera o artigo 1º da Lei nº 15.250/2024, que institui o Sistema Estadual de Gestão de Pessoas, para acrescentar a seguinte redação:

O SGP é o sistema de gestão de pessoas que visa à melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Estado, por meio da adoção de práticas modernas de gestão de pessoas, visando à eficiência, à eficácia e à economicidade.

A criação de cargos, empregos e funções públicas é condicionada a existência de vaga, criada em virtude de extinção ou preenchimento de vaga em cargo, emprego ou função pública.

As vagas em cargo, emprego ou função pública são preenchidas por meio de concurso público, ressalvadas as hipóteses de contratação direta previstas em lei.

Gabinete do Presidente do Estado
Rio de Janeiro, 12 de maio de 2024.

Assinatura do Presidente
LEONARDO